

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

### 1 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NÚMERO VINTE E TRÊS DO COMITÊ DO 2 ITAJAÍ, realizada em 06 de maio de 2010.

3 Aos seis dias do mês de maio de dois mil e dez, às quatorze horas em terceira e última  
4 convocação, reuniram-se no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de  
5 Blumenau, SDR, sito à rua Braz Wanka, 238, bairro Vila Nova, no município de Blumenau,  
6 membros do comitê do Itajaí e demais convidados. O presidente Tercílio Bonessi iniciou com  
7 boas vindas e agradeceu a presença de todos. Com a palavra, o presidente explicou que foram  
8 realizadas 6 audiências públicas sobre o Plano de Bacia, uma em cada sub-bacia do Itajaí, das  
9 quais participaram 231 pessoas, sendo 26 membros do comitê. As perguntas e comentários  
10 levaram a pequenas alterações nos objetivos, nas metas, e também nas providências a serem  
11 tomadas tendo em vista a implementação do plano. Na última audiência, o Sindicato da Indústria  
12 de Fiação e Tecelagem de Blumenau, membro do comitê do Itajaí, apresentou um ofício com  
13 questionamentos e sugestões. No dia 23 de abril, foi realizada reunião específica com o sindicato  
14 gerando a formulação mais precisa de diretrizes da cobrança. Salientou que na manhã de hoje a  
15 presidência recebeu o Ofício 009/2010, assinado por diversas entidades de Rio do Sul - ACIRS,  
16 AMAVI, UCAVI, SIMMERS, Industrial e Agrícola Rio Verde, CRAVIL e Sindicato dos  
17 Trabalhadores Rurais de Agrônômica - apontando aspectos que indicam a incompreensão do  
18 plano. A Diretoria lamenta que tais dúvidas não tenham sido expressas nas audiências públicas,  
19 e espera que sejam esclarecidas hoje. Registrou e agradeceu a presença do secretário do  
20 Desenvolvimento Regional de Blumenau. E declarou aberta a assembleia, passando aos pontos  
21 de pauta. **1) Aprovação da ata 24ª AGO de 25/02/2010:** Com a palavra, Tercílio comunicou que  
22 a ata foi postada no site para que todos tivessem acesso. Chegou-se ao consenso de que não  
23 haveria necessidade de lê-la. Ata aprovada com 17 votos. **2) Aprovação do Plano Diretor de  
24 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, abrangendo: objetivos, metas,  
25 critérios de outorga do direito de uso da água, proposta de enquadramento dos corpos  
26 d'água em classes de qualidade, modelo e diretrizes para a cobrança pelo uso da água,  
27 cronograma de ações:** o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau solicitou  
28 espaço para que seu representante, Felipe Flesch Hoops, protocolasse ofício, o qual foi  
29 concedido. Dando continuidade, o presidente convidou a secretária executiva, Beate Frank,  
30 coordenadora dos trabalhos do plano, para iniciar a apresentação. Beate saudou os presentes e,  
31 salientou três informações básicas sobre o contexto da proposta. Primeiro os recursos  
32 financeiros: iniciou com um projeto de pesquisa financiado pelo CT-Hidro/CNPQ (Projeto Combi).  
33 O projeto realizou coleta de estudos e pesquisas e fez a organização das informações. Em  
34 virtude da aprovação de outro projeto de pesquisa, patrocinado pela Fundação de Apoio à  
35 Pesquisa de Santa Catarina (Fapesc), foi possível praticamente desenvolver a primeira fase do  
36 plano. Em 2006 o projeto Piava passou a atuar na mobilização social para a construção do plano  
37 da bacia. A partir de 2008 o projeto Piava passou a ter como objetivo o desenvolvimento do  
38 plano. Não sabemos exatamente o montante dos recursos investidos no desenvolvimento do  
39 plano, mas certamente foi algo em torno de um milhão e quinhentos mil reais. Foram vários  
40 financiadores e indiretamente também usamos recursos do Projeto Microbacias 2, o qual permitiu  
41 o desenvolvimento do sistema de informações de recursos hídricos do Estado, principalmente do  
42 cadastro de usuários, suporte fundamental para o plano de bacia. Em segundo lugar a base legal  
43 do Plano de Recursos Hídricos. A legislação de recursos hídricos, com todas as normas tanto  
44 sobre planos de bacia, como da outorga, da cobrança e do enquadramento foram examinadas e  
45 aplicadas. Em terceiro lugar, a equipe que desenvolveu o plano. Coordenei este trabalho desde o  
46 início até o final. Foi um trabalho árduo, porém muito interessante, um trabalho de muitas mãos.  
47 Quero registrar a Ana Cristina Brandt, parceira na elaboração desse plano desde o início, quando  
48 da criação da Câmara Técnica de Planejamento em 2004, na época representante da FAEMA.  
49 Na segunda fase do projeto Piava ela assumiu a coordenação de todo o trabalho técnico. Outra  
50 pessoa em especial é o Odirlei Fistarol, que também participou desde o início. Ele é o autor da  
51 cartografia: são 79 os mapas do plano, disponíveis no site. Ele trabalhou com o apoio de dois

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

52 especialistas em informática, o Fábio Roberto Teodoro e o Gelson Silva, responsáveis pelo  
53 sistema de informações, cuja construção foi simultânea à elaboração do plano, conforme manda  
54 a norma. A Sheila de Amorim, responsável pela organização de todos os dados de qualidade da  
55 água, ao economista Rogério Goulart Júnior, que desenvolveu os estudos sobre os critérios de  
56 cobrança do uso da água. Petrick Soares, Cristiano Galvão e Markus Zinkhahn, os engenheiros  
57 ambientais que desenvolveram a modelagem da qualidade da água e o programa de esgotos.  
58 Nicolau Cardoso Neto, advogado da equipe Piava, organizou toda a legislação; o Juliano Albano,  
59 educador, nos últimos anos coordenou a semana da água, e, portanto, foi responsável pelo  
60 processo de mobilização social, com a participação de quase 28.000 pessoas na elaboração do  
61 plano de bacia. A Prof. Noêmia Bohn, sempre pensando na legislação da gestão dos recursos  
62 hídricos de Santa Catarina. Maurici Imroth e Danielle Scolaro, arquitetos encarregados de  
63 construir a maquete da bacia do Itajaí, na escala 1/100.000. Lembro ainda da participação de  
64 Edmundo Schult da Caixa Econômica, e de Wilando Kurth, atual presidente da CT-Plan, e tantas  
65 outras pessoas que também são âncoras para o produto que agora apresentarei. O plano da  
66 bacia é desenvolvido em três fases: a fase do diagnóstico/prognóstico, a fase de articulação e  
67 compatibilização e a fase do plano diretor. A fase “A” foi a mais intensa em trabalho técnico, em  
68 buscar e organizar informações, e que levou quatro anos. A fase de articulação e  
69 compatibilização é onde se discute os problemas e procura-se soluções, o que demanda a  
70 discussão com todos os setores, com todos os interessados. Essa fase foi desenvolvida ao longo  
71 de três anos. E a fase do plano diretor é a fase de síntese que reúne o conjunto de decisões  
72 finais. Apresentarei os principais eventos que ocorreram nos cinco anos considerados como o  
73 período da elaboração do plano, ou seja, uma síntese, esclarecendo dúvidas sobre o diagnóstico,  
74 prosseguindo para a fase de articulação e compatibilização, e depois para o plano diretor no qual  
75 estão as decisões propostas. Considerando que algumas pessoas aqui presentes não  
76 participaram das audiências, e não acompanharam as fases, este é o momento para esclarecer  
77 possíveis dúvidas. Vamos para a caracterização. Quando falamos em plano de bacia nem  
78 sempre as pessoas se situam na bacia hidrográfica. É importante ter claro que quando falamos  
79 da bacia hidrográfica, estamos falando da área de drenagem do rio que é delimitada  
80 topograficamente. A bacia do Itajaí pode ser dividida em 7 sub-bacias hidrográficas, que são as  
81 unidades de planejamento, ocupadas por 52 municípios, e contém uma população de pouco  
82 mais de 1.100.000 habitantes. Na perspectiva do governo do estado, essa região é dividida em  
83 regiões, as micro-regiões das secretarias de desenvolvimento regional, totalizando oito. O  
84 diagnóstico começa com a informação das demandas de água. Neste mapa mostramos as  
85 demandas de água registradas pelo cadastro de usuários. Temos até o presente  
86 aproximadamente 11.000 usuários de água cadastrados, no sistema estadual de informações de  
87 recursos hídricos. Gestão de água significa o controle e a regulamentação dos usos da água. Há  
88 regiões dentro da bacia que serão mais afetadas e outras menos por esse controle. A função da  
89 gestão dos recursos hídricos é exatamente juntar as pessoas para encontrar soluções para os  
90 problemas de escassez da água. De onde provém essas demandas de água? Abastecimento  
91 público, esgotamento sanitário, criação animal, indústria, aquicultura, irrigação, mineração,  
92 geração de energia elétrica e ainda outros usos. Olhando a distribuição quantitativa temos o  
93 seguinte: a irrigação é responsável por quase 36% da água captada, a criação animal por quase  
94 18%, a indústria por um pouco mais de 15%, o abastecimento quase 15%, a aquicultura um  
95 pouco mais de 8% e outros usos 7,56%. Então, temos estes usos demandando diferentes  
96 quantidades de água na bacia, mas essa demanda também não está distribuída igualmente. O  
97 Itajaí do Norte é a maior bacia em território, mas é onde menos se usa água. Estes mapas  
98 mostram como é a realidade dos usos da água na bacia hidrográfica. Dos 10.700 usuários, mais  
99 de 7.000 usam menos de 255m<sup>3</sup> por mês. No outro extremo temos 6 usuários que usam mais de  
100 3.000.000m<sup>3</sup> de água por mês. A linha azul do gráfico representa o valor acumulado de captação  
101 de água. Por isso foi proposta a quantidade de 1.000m<sup>3</sup> por mês como limite para distinguir os  
102 “pequenos usuários de água/grandes usuários de água”. Este critério só se refere à captação,

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

103 porque os lançamentos não foram ainda considerados porque o cadastro de usuários ainda não  
104 requer essa informação. O cadastro dos usuários levantou os lançamentos em quantidade de  
105 água, mas não em qualidade. O próximo passo do diagnóstico é confrontar essa demanda com a  
106 disponibilidade. Aqui, usamos a regionalização de vazões realizada pela SDS (Microbacias 2),  
107 que gerou informações sobre a quantidade de água disponível em cada pequena bacia. Esse  
108 dado foi debitado da demanda, gerando o que chamamos de balanço de disponibilidade e  
109 demanda. O mapa mostra áreas vermelhas, que são as onde falta água para atender as  
110 demandas, áreas cor laranja, que estão em situação de alerta porque ali só sobra 0,1L/s, áreas  
111 amarelas, onde ainda restam 10 a 50L/s, e áreas verdes, onde há mais de 50L/s de água  
112 sobrando. Então, quando falamos na necessidade de regular o uso da água, trata-se de atuar  
113 nas áreas vermelhas e cor laranja, para fazer com que não haja conflitos maiores, ou seja, que  
114 atividades deixem de ser desenvolvidas por causa da falta de água. Temos que olhar para frente  
115 porque o plano de bacia não resolve problemas do presente, mas sim, previne problemas futuros.  
116 Portanto, como vão se desenvolver essas atividades econômicas nos próximos 20 anos? Foi  
117 feita uma prospecção para cada uma das atividades, inclusive o crescimento populacional, para  
118 os anos de 2010, 2015, 2025 e 2050 para cada uma das sub-bacias. Na bacia do Itajaí do Oeste  
119 já existe problema de escassez, que será ampliado. No Itajaí do Sul, a situação vai ficar crítica  
120 em 2015, em função da irrigação da cebola. Considerando também o crescimento econômico e a  
121 mudança climática poderemos ter 10% menos de água. Observa-se que onde há menos floresta  
122 é onde mais existem ameaças de escassez de água. O reflexo do uso do solo se manifesta na  
123 mudança da capacidade de armazenamento de água no subsolo. Diagnóstico de qualidade: a  
124 bacia do Itajaí é farta em estudos de qualidade de água, mas específicos por região, e não da  
125 bacia como um todo. O quadro de dados foi recentemente completado com dados dos SAMAEs,  
126 da CASAN e também da EPAGRI. Essa classificação serve para demonstrar como está a  
127 qualidade da água. Os rios estão na classe 4 em alguns pontos, na classe 3 em outros pontos, e  
128 na classe 2 em outros pontos e ainda alguns pontos apresentam classe 1. Isso mostra a  
129 condição atual. Qual foi o critério adotado? Consideramos cada rio a partir das informações que  
130 temos. Vale lembrar que conforme a resolução de 2008 do Conselho Estadual de Recursos  
131 Hídricos todos os rios do Estado são enquadrados como classe 2. Enquadramento significa a  
132 qualidade que se deseja ter, não a condição atual. Como foi feita a modelagem? Trabalhou com  
133 dois parâmetros: a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e os coliformes fecais. Com base no  
134 mapeamento do Google Earth foram localizadas todas as comunidades rurais e urbanas, com a  
135 devida quantidade de habitantes e atribuindo a eles a quantidade de esgoto gerada supondo que  
136 toda ela é lançada diretamente na água. Usou-se um modelo de qualidade de água desenvolvido  
137 pela Universidade Federal de Minas Gerais, considerando a vazão Q95, ou seja, a vazão que é  
138 equiparada ou superada em 95% do tempo. Consideramos a água salobra na parte baixa do  
139 estuário. Enfim, a situação de quantidade é preocupante apenas em alguns pontos, mas o  
140 diagnóstico de qualidade é preocupante em quase todos os pontos. O principal problema da  
141 bacia obviamente é a qualidade, e isso afeta toda a população. A matriz de conflitos identifica  
142 quais são os usos cujas práticas podem afetar a quantidade e a qualidade. A partir dessa matriz  
143 começamos a localizar as responsabilidades ou as ações que precisam ser desenvolvidas pra  
144 controlar esses usos. Nessa matriz, ao olhar o uso que mais sofre as conseqüências dos outros,  
145 vemos que é a conservação ambiental: o impacto sobre a qualidade de água, sobre o meio  
146 ambiente, sobre as margens dos rios. Regular os usos e desenvolver ações propostas pelo plano  
147 de bacia significa arredondar essas coisas, resolver os problemas. Quando perguntamos as  
148 comunidades quais os principais problemas ambientais que enfrentam, obtivemos: em 90% dos  
149 municípios água contaminada por esgoto ou por dejetos animais, em seguida contaminação por  
150 agrotóxicos, percepção de redução do nível do rio, ou seja, rios com menos água e nascentes  
151 secando é um problema comum, e percebido pelas comunidade rurais, aquelas próximas das  
152 nascentes. Quando perguntamos quais as ações a serem implantadas nos municípios, na visão  
153 das comunidades, obtivemos: 90% apontam o tratamento de esgoto, 83% apontam a

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

154 recuperação de matas ciliares. É surpreendente ver como a leitura das comunidades concorda  
155 com os dados científicos. Fica nítido que é preciso melhorar a qualidade da água, tratar o esgoto.  
156 Se o plano conseguir avanços nesses aspectos, terá feito muito pela bacia do Itajaí. Com a  
157 palavra, Wilando questionou que as informações de qualidade indicam que há captações feitas  
158 em rios classe 4. Beate respondeu que não se pode confundir enquadramento com classificação:  
159 é muito comum esta confusão. Enquadramento é uma norma; hoje, por exemplo, os rios são  
160 enquadrados como classe 2, segundo a resolução de 2008 do CERH. Uma outra coisa é o  
161 diagnóstico, que mostra a condição atual dos rios. Com a palavra Wilando coloca que isto  
162 demonstra que estamos numa situação classe 4. Se sobrepuser o cadastro de captações vamos  
163 ter muitas captações nessa situação. Vamos gerar uma situação ou uma condição de ameaça de  
164 fechamento das captações, se entendermos isso como um rio que esta em condição classe 4.  
165 Essa é uma simulação eu temo por isso, de aprovar uma condição como sendo real. Beate  
166 argumenta que está havendo uma visão equivocada dessa informação. Ter dados de baixa  
167 qualidade de água não significa que os dados não existem, ou seja, temos dois conjuntos de  
168 informações que mostram a baixa qualidade de água, a mesma coisa é apontada pela população  
169 que não mede a quantidade de água por dia, mas que sente o cheiro e assim por diante. Dizer  
170 que, por não saber precisamente o valor num determinado ponto, é um erro acadêmico antigo  
171 achar que enquanto não encontramos a informação mais precisa, não podemos propor e  
172 desenvolver ações. Às vezes temos que considerar médios, máximos ou mínimos. Nunca vamos  
173 ter uma informação exata. O que temos é um diagnóstico apontando que a situação da qualidade  
174 não é desejável. A outra questão refere-se à preocupação com o abastecimento público. Temos  
175 aqui presente o Dr. Ricardo Donini, Procurador da República. O Ministério Público poderá fechar  
176 estações tratamento de água com base nesse diagnóstico? Não. Ele vai buscar assessoraria. Se  
177 a situação é essa para a Q95, ele poderá solicitar uma modelagem para a Q90, a Q 80 e a Q70,  
178 para verificar em que vazão a condição da qualidade de água está boa. E poderá solicitar que  
179 CASAN e SAMAE só operem quando a vazão da água estiver adequada. Se estiver a baixo  
180 disso desliga-se, é o que se fazia em Itajaí por causa do sal na água! As soluções de engenharia  
181 vão muito além das questões gerais levantadas pelo diagnóstico. Este é um plano diretor, ele dá  
182 direcionamento geral, que mostra que este é um problema sério. O problema de qualidade é  
183 muito superior em gravidade ao problema da quantidade. Com a palavra, Rui Batista Antunes  
184 esclarece que não temos plano no estado de Santa Catarina e, na verdade, a bacia do Itajaí  
185 reflete o que acontece no estado de Santa Catarina. Mas como a professora Beate falou, isso é  
186 um diagnóstico, um diagnóstico participativo e que é uma fase, digamos, de qualquer plano de  
187 bacia, de planejamento, esse diagnóstico está da forma que é possível se obter os dados, com  
188 dados da Casan, da Fatma e dos acadêmicos, e que não será diferente da realidade catarinense.  
189 Não temos previsto conflitos de quantidade em termos de escassez, mas um problema sério de  
190 qualidade de água em Santa Catarina. É um estudo, é um diagnóstico que vai servir para as  
191 metas. Então, não precisa se preocupar com isso. Só para completar, até onde eu li, não foi  
192 citada a legislação estadual. Na introdução, quando se inicia a leitura, parece estar se tratando  
193 de uma bacia federal e não estadual, pois não se fala na legislação estadual em momento  
194 nenhum. Seria interessante citar na introdução. Beate responde que a introdução é muito breve  
195 para dizer como foi o processo e que bacia nós tratamos. Todo este aspecto institucional está na  
196 sessão 4.1 e toda parte da legislação ficou em anexo porque é muita coisa, então, foi colocada  
197 em anexo, e, no site tem um link com as planilhas de toda legislação de planejamento, cobrança,  
198 outorga e enquadramento. Inclusive mencionamos que a lei estadual fala em plano de bacia e a  
199 federal em plano de recursos hídricos e acabamos adotando o nome da lei estadual, chamando-o  
200 de plano de bacia. O Procurador Ricardo Donini esclarece que o fato do diagnóstico, neste  
201 método científico utilizado, constar no plano, ou não, para o Ministério Público interditar uma  
202 captação de água não tem a menor relevância. O que importa é que este diagnóstico foi feito, é  
203 um dado científico, e é claro que vai ter uma importância para o plano. Beate retoma  
204 apresentando a fase B. Com todo processo participativo chegamos a um resultado. E agora? A

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

205 norma fala em procedimentos técnicos para encontrar soluções. Mas nós recebemos orientação  
206 da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente no seguinte sentido:  
207 considerando que o processo até aqui foi participativo, poderia se trabalhar com a técnica de  
208 cenários, para gerar um cenário de futuro. E o produto do cenário está aqui. Primeiro  
209 identificamos quais são as incertezas críticas para gestão da bacia, ou seja, aquelas questões  
210 que são difíceis de resolver. São elas: o contexto geral brasileiro, conforme vai se desenvolver a  
211 economia; o manejo rural, a gestão ambiental municipal e estadual, os instrumentos de gestão de  
212 recursos hídricos; o tratamento de esgoto; a articulação do comitê da bacia com os governos  
213 estadual e federal e, por fim, a gestão de cheias e de estiagens. Estes sete pontos mais o  
214 contexto geral foram considerados incertezas críticas. Se não tivermos evolução positiva nestas  
215 incertezas, não vamos ter condições de construir soluções. Depois de examinadas diversas  
216 alternativas de evolução para cada incerteza, gerando cinco idéias-força, foram produzidos três  
217 cenários em discussão pública. Obtivemos um cenário negativo, altamente rejeitado, um cenário  
218 neutro e um cenário positivo, que seria mais apoiado pelas lideranças da Bacia do Itajaí. Este  
219 cenário foi chamado “bacia do Itajaí sustentável”. Neste cenário, o manejo rural é  
220 conservacionista, a gestão ambiental municipal está estruturada e atuante, a gestão ambiental do  
221 estado está estruturada e atuante, os instrumentos de gestão outorga e cobrança estaduais  
222 estão implementados, o tratamento de esgoto tem expansão mediana economicamente viável, a  
223 articulação do comitê da bacia com o governo estadual e federal está forte e a gestão de cheias  
224 e estiagem estão integradas com o planejamento municipal e regional. No contexto geral  
225 brasileiro se adotou o cenário mais positivo do plano nacional de recursos hídricos, que é o “água  
226 para todos”. Este cenário é gerou uma visão de futuro que diz: “Na Bacia do Itajaí, em 2030,  
227 haverá água para a manutenção da vida e para os diferentes usos de forma justa. Isto será  
228 possível porque a gestão ambiental pública estará estruturada, atuante e articulada com a gestão  
229 de recursos hídricos e a cultura de participação estará estabelecida”. Essa visão do futuro foi  
230 construída na semana da água de 2007. Agora chegamos ao plano de bacia. As diretrizes, já  
231 aprovadas pelo comitê, são em número de 62. A partir dessas diretrizes foram derivados 28  
232 objetivos. Esses objetivos se situam em 13 temas: instrumentos de gestão de recursos hídricos,  
233 gestão ambiental municipal, tratamento de esgotos, recuperação de matas ciliares, manejo rural,  
234 desastres naturais, redução de sedimentos, resiliência da água, unidades de conservação,  
235 educação ambiental e comunicação, comunidade indígena, conhecimento, planejamento e  
236 captação de recursos. Para cumprir estes objetivos, foram propostos programas. Vários deles já  
237 estão estruturados. São: o programa de incrementação dos instrumentos de gestão, o programa  
238 de gestão ambiental municipal, o programa de tratamento de esgotos, o programa de  
239 recuperação de matas ciliares, o plano de prevenção e mitigação de desastres, o programa de  
240 educação ambiental e comunicação, o programa de gestão de conhecimento e o programa de  
241 neutralização de carbono. Os demais dependem de elaboração e também do interesse, ou seja,  
242 de entidades que aceitem o desafio de propor estes programas. Já foram apresentados nas  
243 audiências públicas, mas ninguém se candidatou até o momento. E a partir disso, para estes  
244 objetivos, foram propostas metas. Os programas desenvolvidos já tinham todo embasamento do  
245 Projeto Piava, ou tinham uma ação importante do Estado ou importante demanda regional. É o  
246 caso do Plano de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais que foi desenvolvido no âmbito  
247 do Grupo Técnico Científico GTC, e o programa de tratamento de esgotos que, por ser a  
248 demanda principal, avançou na formulação geral. São 37 metas para aqueles objetivos que já  
249 tem programas, os outros terão metas no futuro. As metas são: para a outorga 1) emissão de 600  
250 outorgas por ano ao longo de cinco anos; 2) conflitos equacionados em dois trechos críticos por  
251 ano; 3) critérios para instalação de empreendimentos hidrelétricos definidos com bases em  
252 estudos ambientais por sub-bacia, acompanhados e aprovados pelo comitê no prazo de 2 anos;  
253 4) critérios para a outorga de lançamento definidos no prazo de 1 ano. Para os demais  
254 instrumentos as metas são; 5) cobrança regulamentada em 2011; 6) coeficientes e preços  
255 unitários básicos previstos a cada final de ano; 7) cobrança implementada em 2012, de forma

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

256 escalonada (50% do valor a ser cobrado em 2012, 75% em 2013, e 100% em 2016); 8) a  
257 qualidade de água a ser alcançada em 5 anos é a meta do enquadramento para os primeiros 5  
258 anos, que é o prazo para o plano ser revisto; 9) ter um sistema de informações de qualidade de  
259 água, implementado em 2010; 10) ter o sistema de gerenciamento de recuperação de matas  
260 ciliares implementado em 2011; 11) ter o sistema de acompanhamento do plano implementado  
261 até 2011; 12) atualização do sistema de alerta de cheias implementado ainda em 2010. As metas  
262 do programa de gestão ambiental municipal são: 13) 10 órgãos ambientais municipais  
263 estruturados a cada ano; 14) funcionamento regular de mais 10 conselhos municipais de meio  
264 ambiente a cada ano; 15) política municipal ambiental elaborada e aprovada em 10 municípios a  
265 cada ano; e 16) normas de gestão de áreas de preservação permanente e de intervenções em  
266 cursos de água instituída em 50 municípios em 5 anos. Quanto ao esgoto, as metas são: 17)  
267 estrutura de gestão de saneamento básico criado e em funcionamento nos 50 municípios, em 5  
268 anos; e 18) tratamento de esgoto implantado nos municípios da bacia, conforme prioridades  
269 definidas. Quanto ao programa de recuperação da mata ciliar são: 19) recuperação de 400  
270 hectares de mata ciliar ao ano na bacia do Itajaí; 19) Programa Municipal de Conservação e  
271 Recuperação de Matas Ciliares aprovado em 10 municípios, a cada ano; e 21) produção de  
272 500.000 mil mudas de 100 espécies nativas em 5 viveiros, a cada ano. Quanto à prevenção de  
273 desastres naturais, as metas são: 22) capacitação de 30 técnicos/ano em gestão de riscos e  
274 temas associados, iniciando com municípios prioritários; 23) instituir e implementar 5  
275 coordenadorias municipais de defesa civil / ano; 24) plano de alerta elaborado até 2011, incluindo  
276 o arranjo institucional do sistema de alerta formalizado e a expansão da rede telemétrica; 25)  
277 cartografia disponível em 2012; 26) projeto de sistema integrado (multitemático e multi-  
278 institucional) de informações geográficas elaborado em 2012; 27) mapas de áreas de risco  
279 (incluindo manchas de inundação x danos) elaborados para 5 municípios a cada ano; 28) revisão  
280 e adequação do plano diretor urbanístico tendo em vista as áreas de risco, para 5 municípios a  
281 cada ano; 29) projetos de lei para regulamentação de terraplenagem, em discussão em 2012; 30)  
282 projeto para realização do inventário das estruturas hidráulicas disponível em 2012; e 31) projeto  
283 JICA em 2011. As metas do programa de educação ambiental são: 32) Política Municipal de  
284 Educação Ambiental (PMEA) aprovada em 10 municípios, a cada ano; 33) participação de 50  
285 municípios em ações de mobilização social, a cada ano e 34) formação continuada em temas  
286 associados à gestão de recursos hídricos para 50 profissionais que atuam na gestão, 250  
287 educadores e 30 comunicadores, a cada dois anos. O programa de gestão de conhecimento tem  
288 duas metas: 35) mecanismos de acompanhamento e de avaliação da implantação do plano  
289 definidos nos primeiros 06 (seis) meses após a aprovação do plano; 36) Estudos e pesquisas  
290 relevantes à gestão dos recursos hídricos da bacia do Itajaí sendo realizados. Finalmente, o  
291 Programa de Neutralização de Carbono tem como meta: 37) obtenção de recursos para a  
292 recuperação de 70 hectares com espécies nativas de mata ciliar por ano. Este é o conjunto de  
293 metas que dá uma idéia do Plano como um todo. Agora vamos aos instrumentos, em que  
294 importam os critérios. Embora nos referimos à outorga de direito do uso da água, os critérios  
295 apenas se referem à captação. Essas outorgas devem considerar os seguintes critérios: 1) a  
296 vazão de referências é Q 98, ou seja a base sobre a qual se toma a decisão é a vazão que pode  
297 ser igualada ou superada em 98% do tempo. A vazão outorgável é 50% da vazão de referência,  
298 subtraídos 10% da vazão implemental a título de reserva hídrica. Nas regiões críticas de  
299 disponibilidade não se faz essa reserva técnica; 2) a vazão insignificante (inexpressiva) é a igual  
300 ou inferior a 1.000m<sup>3</sup> por mês, por propriedade, obedecendo às seguintes condições: considera-  
301 se simultaneamente usuário, propriedade e demanda; ao usuário com mais de uma propriedade  
302 aplica-se o critério de cada uma das propriedades separadamente; e naquelas propriedades com  
303 mais de um ponto de captação, a avaliação da demanda considera a soma das captações  
304 superficiais e, ou subterrâneas, para o devido enquadramento com razões insignificantes. A  
305 vazão insignificante para captações de águas subterrâneas é de 30% da vazão insignificante  
306 para águas superficiais. 3) Quanto à priorização, de acordo com a lei: 1a) consumo humano, b)

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

307 dessedentação de animais, e c) todas as atividades econômicas simultaneamente: indústria,  
308 piscicultura, criação animal e outros usos, d) geração de energia e, por fim, e) diluição. 4) Quanto  
309 aos empreendimentos hidrelétricos, eles devem atender a dois critérios: a) outorga preventiva e  
310 definitiva do direito de uso da água para geração de energia elétrica será condicionada a  
311 critérios ambientais definidos por sub-bacia; e b) a vazão outorgável para os empreendimentos  
312 hidrelétricos corresponde aquela que excede à soma da vazão outorgável com a vazão  
313 ecológica. 5) Quanto aos procedimentos da concessão da outorga, ela deverá iniciar  
314 simultaneamente em toda bacia hidrográfica, com exceções das regiões críticas. Serão  
315 consideradas regiões críticas, os trechos com demanda maior que a disponibilidade para  
316 outorga. A vazão outorgada nos trechos críticos será considerada indisponível para a outorga até  
317 que o conflito seja dirimido. Nos primeiros 12 meses, à partir do início da outorga da bacia do  
318 Itajaí serão atendidos exclusivamente os usuários cadastrados no período de 22 de março à 22  
319 de setembro, ou seja, aqueles que atenderam o edital em 2007. Os cadastrados após 22 de  
320 setembro serão atendidos no período subsequente em ordem cronológica do pedido de outorga,  
321 de acordo com a disponibilidade de água. O cadastro de usuários de água será considerado  
322 solicitação de outorga a partir do encaminhamento da documentação exigida em instrumento  
323 regulador próprio, ficando dessa forma estabelecida como ordem de solicitação a mesma ordem  
324 do cadastramento dos usuários. Dando continuidade, apresento a proposta de enquadramento:  
325 os trechos dos rios que devem ser enquadrados como classe especial são aqueles que estão  
326 dentro de unidades de conservação integral, em que não se pode desenvolver nenhuma  
327 atividade; há uma série de rios a ser enquadrados como classe 1. Os demais são classe 2.  
328 Com essa proposta, estamos alterando muito pouco o que foi definido pela legislação estadual.  
329 Temos ainda o detalhamento dos rios de água salobra em Piçarras e Penha, como na foz Itajaí.  
330 As metas progressivas são o resultado das oficinas de enquadramento. As pessoas querem o rio  
331 em classe 2 porque será muito mais fácil tratar a água, e assim também se atende demandas  
332 hoje reprimidas, principalmente atividade de lazer. Isto é objetivo e significa que dentro de um  
333 determinado tempo queremos ter os rios nessa situação. Sabemos que hoje a situação é crítica,  
334 portanto tivemos que verificar se é viável atingir os objetivos. E como mencionei em todas as  
335 audiências públicas, parece não ser viável atingir os objetivos. Por quê? Mesmo que todo o  
336 esgoto seja tratado, em 20 anos ainda vamos ter 23% de rios na classe 3 e 18% na classe 4, ou  
337 seja não conseguimos atingir todos os rios em classe 2. Por outro lado teremos uma quantidade  
338 grande de rios na classe 1. Entretanto, com a informação disponível, não é possível hoje dizer  
339 outra coisa. Por isso a proposta da equipe técnica, pré-aprovada pelo Comitê em fevereiro, é  
340 acatar essa meta para 5 anos. Nos primeiros 5 anos a meta seria de ter 1.345km de rios na  
341 classe 1; 251km de rio na classe 2; 488km de rio na classe 3 e ainda 803km na classe 4.  
342 Paralelamente, o monitoramento precisa ser implantado urgentemente, para avaliar quanto se  
343 consegue cumprir do que está aqui proposto e rever o plano em 5 anos. Caso a proposta de  
344 enquadramento se mostre impossível, alguns rios poderão ser reenquadrados em classe 3. Pois,  
345 atingir metas é bom, não atingir metas é frustrante. Por outro lado, se acatarmos que alguns rios  
346 sejam enquadrados como classe 3, não teremos mais chance de recuperar esse rio. Por que  
347 enquadramento significa definir o rio que queremos ter, e principalmente para o órgão  
348 licenciador usar essa qualidade como critério de licenciamento, Hoje todas as licenças, quer seja  
349 das estações de tratamento de água, Casan, Samae, quer de todas as empresas industriais,  
350 foram dadas considerando o rio classe 2, e não classe 3. Então com essa proposta não estamos  
351 fugindo da prática atual. Em função disso manteve-se essa proposta. Alguma questão em  
352 relação a isso? Quanto à cobrança, deve ficar claro que nas normas que definem o conteúdo  
353 mínimo do plano de recursos hídricos consta que o plano deve conter as diretrizes e os critérios  
354 para a cobrança pelo uso da água. Então, aqui constam as diretrizes, os critérios e as metas,  
355 inclusive da cobrança. O custo da recuperação da bacia do Itajaí foi estimado em 1.305 bilhões.  
356 Esses dados são a soma de dois valores, do tratamento de esgotos que é a primeira prioridade,  
357 e a segunda, que é a recuperação da mata ciliar. O tratamento de esgoto nas áreas urbanas e

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

358 nas áreas rurais, considerando preços básicos, vigentes no setor, geraram o valor de 1.005  
359 bilhões. É importante dizer, que esse valor não é uma média para tudo, na verdade, separamos  
360 urbano do rural. O valor do esgoto na área rural é 25% do valor do esgoto na área urbana. Os  
361 outros 300 milhões vieram da recuperação da mata ciliar, estimativa feita considerando 50.000  
362 ha, sendo 6.000 o custo de recuperação de 1 ha. Isto seria o horizonte do plano para 20 anos,  
363 que é uma estimativa. Claro que o valor necessário anualmente depende não só da aprovação  
364 de metas, mas depende de estudos muito mais detalhados. Aqui não se fez escolha de  
365 tecnologias, nem cabe a um plano de bacia fazer isso, cabe dizer que o esgoto é prioritário e  
366 assinar em baixo. Portanto, valores precisos de custos devem ser definidos anualmente em  
367 função de programas e ações estabelecidas pelo plano diretor, além de outras fontes de  
368 financiamento, projetos aprovados em fundos diversos e repasses públicos. Uma parcela  
369 certamente deve vir da cobrança pelo uso da água. Bem, considerando este contexto da  
370 demanda de recursos e das possibilidades de obter recursos de várias fontes, e principalmente  
371 com base nos estudos e discussões feitas, a proposta de diretrizes é a seguinte: 1) a cobrança  
372 será implantada progressivamente; 2) a cobrança só será implantada se houver a garantia do  
373 retorno do recurso arrecadado para a bacia; 3) como a cobrança se destina a possibilitar a  
374 recuperação ambiental da bacia, todos os setores usuários devem participar dela; 4) para  
375 ampliar o número de usuários regularizados, os alvarás municipais devem passar a exigir  
376 protocolo de registro no cadastro de usuários. Quanto aos critérios. O que significa critérios? O  
377 critério é o modelo e a forma de calcular, discutida e testada várias vezes nas oficinas. Ela diz  
378 basicamente o seguinte: temos 3 usos de água, e cada um vai ter seu preço. Um uso é a  
379 captação, ou seja, retirada de água do solo, do rio, depois o consumo, que representa a água  
380 que não se devolve e o terceiro é o conteúdo do que é lançado. Usamos os parâmetros que mais  
381 geram problemas e deixamos aqui um termo genérico pra outras coisas que devam ser  
382 consideradas no futuro. Então em cada um deles se multiplica o preço para cada um desses  
383 usos, ou seja, cada uso tem seu preço, que é o PUB (preço unitário básico). Existe um preço  
384 para a captação, um preço para o consumo e um preço para a DBO lançada e os materiais  
385 sedimentados. A intensidade do uso individual é dado por: o volume de água captado no ano, o  
386 volume consumido no ano, a quantidade de DBO em kg lançada por ano, a quantidade de  
387 materiais sedimentados lançados no ano. Esse é o valor bruto que depende das quantidades que  
388 cada usuário capta ou lança, mas o preço unitário é uniforme. Segundo a legislação, não se pode  
389 simplesmente aplicar um preço único, porque os diferentes setores usuários têm diversas  
390 capacidades de pagamento, pois as condições econômicas variam. E assim, se introduziu um  
391 fator multiplicativo para cada setor, que é uma novidade em relação aos outros modelos  
392 praticados no país, em que se aplica simplesmente um valor igual a todos. E aqui se subtrai um  
393 quarto uso, que é um anti-uso. Enquanto os três primeiros são adicionados, esse quarto é  
394 subtraído. Corresponde ao valor da produção de água, para aquele usuário que também produz  
395 e protege a água. O volume captado vem do cadastro de usuários, o volume consumido do  
396 cadastro de usuários, a DBO (representa a demanda bioquímica de oxigênio, em kg, obtido pelo  
397 produto) e MS (representa materiais sedimentáveis, em litros, obtido pelo produto) também no  
398 futuro virão do cadastro de usuários. Temos aqui um coeficiente de enquadramento, porque a  
399 norma sugere considerar no preço a qualidade da água. Esse coeficiente foi inserido tanto na  
400 captação, como no lançamento. O fator que mais distingue o valor a ser calculado para cada  
401 usuário vai ser o Ks, que é evidentemente o que gerou as discussões. Os valores do coeficiente  
402 de enquadramento são propostos como 1, na classe 2, já que é classe definida em lei, maior do  
403 que 1 na água melhor, abaixo de um na água pior. Agora passamos para o método para  
404 determinação do Ks, a partir da composição dos valores adicionados e do número de grandes  
405 usuários por segmento. A tabela ensina o método de determinação deste coeficiente. Os setores  
406 usuários foram separados de acordo com os segmentos do cadastro de usuários: o valor  
407 adicionado identificado em relação a 2006 para cada setor, que mostra a importância de cada  
408 atividade na economia regional. Agora a informação sobre o uso de água. O número de usuários,

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

em cada um desses grupos é: 251 indústrias, 46 geração de energia, 107 mineração, 607 saneamento, 1.187 outros usos, 3.057 criação animal, 914 aquicultura, 4.958 irrigação. Ressalta-se que estes números não são necessariamente diferentes pessoas ou empresas, pois alguns têm mais de um uso, e portanto diversos registros. Na próxima coluna constam os grandes usuários, sendo 117 indústrias, 46 hidreletricidade, 10 mineradores, 47 empresas de saneamento 103 outros usos, 258 criadores de animais, 330 aquicultores e 1963 irrigantes, principalmente de arroz e um pouco de cebola. O valor adicionado foi dividido pelo número de grandes usuários, considerando que essa economia é gerada principalmente pelos grandes produtores. Depois esse valor foi dividido pelo valor máximo, que é o da indústria. Assim obtivemos uma proporção, uma escala, e desse quociente foi extraída a raiz quadrada, com isso atingimos a indústria com valor  $K_s=1$  e os outros com valores menores. Deste, excetua-se o setor de saneamento que daria 0,4. Antes de seguir no texto, quero chamar atenção para o seguinte: que esse é um método, ou seja, isso faz parte do modelo. Ao considerar o modelo, não estamos definindo valores, e sim o método, porque consta como meta que os coeficientes e os preços unitários seriam revistos anualmente. É claro que, a medida que aparecem novos usuários, o cadastro vai mudar; a medida que a economia muda, um setor avança mais que outro, e portanto esta proporção também muda. Então, ao invés de ter uma fórmula rígida como é praticado em outros lugares, com valores fixos, teríamos um modelo ajustado em função da realidade, como em função dos custos previstos anualmente. Na verdade, é assim que se pratica naquela agência da Alemanha que nos assessorou em 1999. Cabe agora comentar sobre geração e saneamento. No setor geração hidrelétrica, embora ela conste ali  $K_s=0,6$ , esse modelo não se aplica porque é um setor que tem regulamentação setorial específica, ou seja, ele não entra de fato nesse modelo. No caso do saneamento, o valor do  $K_s$  não é determinado pela fórmula. Sugerimos que o saneamento fique com o valor 1, independente das outras flutuações, porque considerando de um lado que o abastecimento público é um uso prioritário por excelência e que de outro, o esgoto sanitário é o principal responsável pela baixa qualidade de água, o setor de saneamento deveria ficar com  $K_s$  máximo (várias pessoas apontaram isso em vários momentos). Depois, a pedido do setor industrial, foi desenvolvido outro método para determinar os coeficientes para os sub-setores industriais, para não ficarem todos com o mesmo  $K_s$ . Conforme o método aqui apresentado, isso foi feito considerando apenas os maiores usuários, que são 23 empresas: 4 frigoríficos, 2 madeireiras, 2 siderurgias, 1 outras, 2 do setor papel e celulose, 8 têxteis e 4 vestuário. Foi a única possibilidade de adquirir números para encontrar uma segregação entre os setores. Foi usada a receita operacional líquida média dessas empresas baseado na conjuntura econômica, a demanda de água captada dessas empresas, e feitas as contas que resultaram numa taxa que, somada ao 0,6, chegou em outro valor para os  $K_s$ . Ao invés da indústria ter  $K_s=1$  de modo uniforme, ela ficou com  $K_s$  entre 0,6 e 1. Novamente chamo atenção de que a proposta que tinha sido levada para oficina foi de acatar esses valores. Posteriormente, pela discussão nas audiências, entendeu-se que esses valores estariam mudando, pois teremos mudança nas demandas, nos dados econômicos. A proposta agora é que fiquemos com o método para determinação dos coeficientes, para termos o modelo aprovado. Este é o critério de cobrança, a fórmula com sub-fórmulas. O último termo da fórmula é VPA, valor do produtor de água que será estabelecido em conformidade com o que for praticado pelo programa produtor de água, portanto também não está definido, não existe formulação. Finalizado o conjunto de critérios, foram propostas como metas: a) a cobrança regulamentada em 2011, o que significa tanto regulamentação por parte do Estado, como os ajustes necessários de acordo com os critérios apresentados; b) coeficientes e preços unitários básicos revistos anualmente, ou seja, nós não teríamos um preço fixo para todo e sempre, a cobrança seria implementada em 2012 de forma progressiva. Alguma questão em relação a isso? A proposta foi compreendida? São diretrizes, critérios, ou seja, uma formulação geral e metas de colocar isso para frente. Cleber Stassun solicitou a palavra. Com a palavra, Cleber cumprimentou os presentes e apresentou-se como representante da associação empresarial de Rio do Sul. Falou que com relação à questão do

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

460 método a ACIRS não é contra a cobrança, muito pelo contrário. Se for para melhorar a qualidade  
461 de água na bacia, realmente temos que encontrar fórmulas ou formas de fazê-lo. A nossa  
462 principal dúvida é com relação ao Ks, se realmente o valor adicionado é o índice ideal para se  
463 medir a capacidade de pagamento. Fizemos discussões em Rio do Sul, chamamos empresários,  
464 representantes de indústrias, para discutirmos a questão e não conseguimos ter certeza se o  
465 valor adicionado é, ou não, o melhor índice. Por isso, nós solicitamos anteriormente que o Ks, ou  
466 a fórmula de se calcular, fosse deixada para ser discutida posteriormente, então, nosso  
467 posicionamento naquele momento foi esse, e aqui com os meus pares ele continua dessa forma.  
468 Com a palavra Rui Batista Antunes perguntou se nas audiências públicas ficou bem claro, se  
469 estava definido no plano, que eram apenas diretrizes e critérios da cobrança, não é a cobrança  
470 propriamente dita. Porque independente do lugar, seja no Itajaí, no Araranguá ou Chapecó, falar  
471 em cobrança sempre repercute. Sabemos que é uma meta audaciosa e pela minha experiência,  
472 não estou falando como técnico, mas pela minha experiência de Estado e de Governo,  
473 independente do partido, não acredito que essa meta possa ser alcançada porque ela está um  
474 pouquinho fora da realidade. Acho ótimo estar como meta e deve ser assim, temos que ser  
475 pretensiosos para conseguir as coisas, mas como falei, independente de partido, acho difícil que,  
476 em 2012, 50% seja alcançado. Que bom, se for possível, porque afinal de contas é instrumento  
477 da política que tem que ser aplicado, se não for em 2012, será depois. A minha pergunta seria  
478 essa, se realmente ficou claro para eles, se a classe de usuários entendeu, acredito que não.  
479 Com a palavra, Beate responde dizendo que existe uma dificuldade constante com relação a  
480 esses esclarecimentos, nós estamos falando apenas em nome da região, ou seja, da bacia e  
481 nunca temos os técnicos do Estado para esclarecer essas questões. Este processo foi todo  
482 conduzido pela equipe da Agência de Água do Itajaí. Tínhamos pedido, e tu Rui, assinaste no  
483 tempo em que eras diretor de recursos hídricos, um termo de parceria com o Projeto Piava, para  
484 que a SDS estivesse conosco nessa discussão, para não chegarmos “estou falando pela agência  
485 da água ou pela associação brasileira de recursos hídricos”, e sim pelo órgão gestor, mas, não  
486 tivemos a parceria, então, se eu falar “a lei manda isso, etc.” Bom, mas é uma professora que  
487 está dizendo, cadê o gestor? Então, não fizemos uma prova para saber o que cada um entendeu,  
488 mas parece que as pessoas que participaram realmente das oficinas, como participaram das  
489 audiências, saíram com esclarecimentos e dúvidas. O Gilberto fez uma fala crítica dizendo “Olha  
490 gostei, agora eu entendi o que se estava querendo, mas essa questão não está clara”, que é a  
491 questão colocada pelo Cleber: O que significa exatamente esse valor adicionado? E como é que  
492 isso foi obtido? Beate esclareceu que o relatório ainda está sendo produzido, o técnico que fez  
493 esse trabalho, é economista. Ele se baseou em dados do IBGE, levantados a cada 5 anos e,  
494 além do PIB, o valor adicionado. Entretanto, o valor adicionado não existe para a bacia, nem para  
495 os municípios, ele existe para o Estado. Então, para conseguir fazer para os municípios, separar  
496 cada setor, ele teve que desagregar muitas informações, tanto da Epagri, Instituto Cepa, IBGE,  
497 etc. O Rogério passou quase um ano fazendo isso, foi muito trabalho, e quando ele foi fazer o  
498 relatório, eu disse não faz, temos que avançar. Nós temos prazo, estamos cumprindo metas do  
499 nosso financiador, e agora o relatório está sendo feito. Ou seja, o método existe, mas não está  
500 escrito ainda. O PIB é uma grandeza que todo mundo conhece, e o percentual importante do PIB  
501 é este valor adicionado. Respondendo a pergunta do Rui, nós sempre tentamos colocar  
502 claramente o procedimento institucional, isso não consta nas diretrizes, mas isso consta nas  
503 providências. Quais são as providências para ter a regulamentação que é função estadual?  
504 Sempre deixar claro que quem cobra é o estado; cabe ao comitê simplesmente definir diretrizes e  
505 critérios e com isso o Estado trabalha. Claro que temos que trabalhar juntos, pois tudo tem que  
506 ser compreendido, e então temos providências propostas para isso. Com a palavra Odair  
507 Fernandes apresenta uma proposição para que, ao invés de estabelecer datas definitivas,  
508 colocarmos um prazo previsto após a regulamentação, depois de meses, ou um ano. Depois  
509 veremos como será a discussão. Beate sintetizou: a proposta é manter a regulamentação e a  
510 data vem depois. A proposta do Cleber é que a fórmula de definição do Ks também seja definida

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

dentro de um prazo e não agora. Com a palavra o presidente Tercílio Bonessi, pediu espaço para apresentar o promotor de justiça do Estado, Dr. Luciano. Com a palavra, o Dr. Luciano Trierweiler Naschenweng cumprimentou à todos, e apresentou-se dizendo que assumiu em abril a promotoria de justiça e proteção ao meio ambiente de Blumenau, e que pretende fazer um trabalho regional pela bacia hidrográfica e que veio prestigiar o evento, cumprimentar o presidente e a Beate. Infelizmente se atrasou, porque tem uma série de funções no fórum, de audiências que tomam muito tempo e não consegue ter tempo integral tão importante para participar dessa assembléia. Também se faz presente aqui para demonstrar o interesse de fazer parceria com o comitê. Com a palavra, Tercílio agradeceu a presença e salientou a importância de ter, na promotoria pública, uma pessoa realmente dedicada aos problemas ambientais da bacia. Oscar Graf solicitou a palavra e perguntou se as regras que estão no processo de tramitação hoje, nos órgãos competentes, entram no critério atual ou nos critérios antigos? Beate respondeu que sim, não tem como fazer retroativo. O que o Oscar perguntou refere-se aos critérios de outorga. As manifestações do Cleber, do Odair e do Rui, sugerem que, além dessa revisão anual, os coeficientes Ks sejam definidos dentro de um prazo, ou seja, rever o estudo, as fórmulas e que não conste 2012 e sim à partir dessa regulamentação. Podemos deixar isso assim? Agora o sistema de informações, que também é instrumento de gestão. O sistema de informações tem vários módulos e o que está previsto é um módulo de qualidade de água dos rios, de monitoramento do plano, de gerenciamento da recuperação de matas ciliares, e do sistema de alerta. O plano integrado de prevenção de desastres, no qual existem várias metas. Quem é responsável pelo plano? O plano é da bacia, o comitê aprova, mas o comitê é quem? É o conjunto de entidades, por tanto a execução do plano também cabe a essas entidades. Para deixar isso mais claro as 37 metas foram reorganizadas e atribuídas às entidades competentes. Muitas metas são para os municípios: em desenvolvimento institucional e programas de ações, para 5, 10 e 20 anos. Obviamente os municípios vão necessitar de auxílio para cumprí-las. Existem as metas para os órgãos estaduais: para a SDS, especificamente a diretoria de recursos hídricos, para a FATMA, para o GTC, para a Fapesc, para a Epagri (em negociação). Existem também metas para a Fundação Agência de Água, relativas aos instrumentos de gestão, à gestão ambiental municipal, à recuperação de mata ciliar, à educação e comunicação ambiental, ao acompanhamento do plano, e à prevenção de desastres. E finalmente, chegamos nas providências que representam as tarefas que ficam para o comitê de bacia, para promover articulação e colocar o plano em prática. As primeiras delas já foram levadas para as audiências públicas, outras são decorrentes do que foi coletado nas audiências. Então, a adoção do plano diretor de recursos hídricos da bacia requer do comitê de Itajaí as seguintes providências: 1) gerenciar, junto à ALESC, para que seja aprovado o PL 465.8/2009, que altera alguns dos artigos da Lei 9022/93, e insere os comitês de bacia e as agências de bacia no sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Como está na justificativa, a política nacional de recursos hídricos prevê esse conjunto de instituições no sistema, mas a lei estadual ainda não tem as agências dentro do sistema. Precisamos da aprovação desse projeto de lei, para integrar formalmente o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. O fato de existir a agência na lei não significa que a fundação agência de água automaticamente passe a ser agência de água, para isso é necessário outro mecanismo. 2) Gerenciar, junto à ALESC e ao poder executivo estadual, para que seja criado um mecanismo legal em âmbito estadual, similar ao existente na esfera federal (Lei 10.881/2004 – Lei das entidades delegatárias), que permita ao órgão gestor de recursos hídricos, mediante aprovação do CERH, delegar as funções de agência de bacia por meio de contratos de gestão, a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, com identidade na respectiva bacia e qualificadas para a função; 3) gerenciar para que o CERH aprove abertura de edital para a seleção da entidade que assumirá as funções de agência de bacia, na bacia hidrográfica do rio Itajaí. Estas são as 3 primeiras, consideradas como as providências institucionais básicas para organizar o sistema de gestão de recursos hídricos. Além disso, tem uma série de questões necessárias para avançar na implementação: 4)

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

562 gerenciar para que o CERH homologue o plano diretor de recursos hídricos no prazo de dois  
563 meses; 5) criar, no âmbito do comitê do Itajaí, um grupo de trabalho permanente para ajustar e  
564 aplicar as diretrizes e os critérios da cobrança pelo uso da água; 6) desenvolver medidas, no  
565 âmbito do comitê do Itajaí, que condicionem o alvará municipal das empresas ao registro no  
566 cadastro de usuário de água; 7) definir organizações responsáveis para elaborar os programas  
567 do plano ainda não detalhados, e zelar para que sejam submetidos ao comitê do Itajaí, até abril  
568 de 2011; 8) gerenciar junto ao GTC a coordenação e execução das ações do PPRD (atualmente o  
569 GTC está cuidando bem do projeto JICA, mas as outras ações precisam continuar sendo  
570 desenvolvidas); 9) promover a articulação do PPRD com os demais programas deste plano  
571 diretor da bacia do Itajaí. Essa articulação interna é necessária para facilitar o trabalho, inclusive  
572 da CT-Prevenção; 10) incumbir à CT-Planejamento a tarefa de coordenar o acompanhamento  
573 do plano; 11) gerenciar para que a diretoria de recursos hídricos/SDS crie um grupo de trabalho  
574 com participação da FATMA e do comitê do Itajaí, com o objetivo de preparar a implementação  
575 das metas de outorga e de re-enquadramento estabelecidas por este plano diretor; 12) em  
576 relação ao cadastro de usuários de água, gerenciar junto à SDS para que seja: a) providenciado  
577 o preenchimento dos dados qualitativos (lançamentos) que foi suspenso na época, b) que seja  
578 estudada a possibilidade de inclusão das demonstrações financeiras das empresas industriais  
579 referentes ao ativo total, patrimônio líquido, receita operacional bruta e líquida, resultados bruto e  
580 líquido, quantidade de colaboradores, consumo de energia elétrica entre outros, para melhor  
581 fundamentar critérios de cobrança; 13) gerenciar para que a diretoria de recursos hídricos/SDS  
582 crie um grupo de trabalho técnico jurídico, com participação da ALESC, do Comitê do Itajaí e dos  
583 demais comitês de bacia catarinenses, com o objetivo de promover a regulamentação da  
584 cobrança pelo uso da água; e finalmente 14) apresentar o plano diretor da bacia do Itajaí aos  
585 candidatos ao governo do Estado em 2010. Beate encerrou sua apresentação anunciando a  
586 abstenção do seu voto. Com a palavra o presidente Tercílio Bonessi parabenizou a Beate e falou  
587 da emoção da mesma depois de 5 anos de trabalho incansável, do envolvimento que ficou  
588 registrado da sociedade, das participações, das sugestões através de email, das visitas  
589 realizadas no site. As participações superaram 25.000 pessoas que de alguma maneira se  
590 manifestaram quanto a este plano. São aproximadamente 1 milhão e 200 mil habitantes na bacia,  
591 é uma das bacias com a maior diversidade de uso de água, e, como ressaltou o Rui, quando  
592 falamos em plano, principalmente a cobrança é um grande mistério, os segmentos tentam se  
593 proteger, e as manifestações são justas, sabemos que é dessa forma, com manifestação,  
594 discussão, que chegamos ao conhecimento, ao esclarecimento. Recebemos no início da  
595 assembléia várias colocações do sindicato da indústria têxtil com a sugestão de que mais  
596 estudos sejam feitos sobre a cobrança. Entretanto, como foi apresentado, a cobrança vai ser  
597 estabelecida pelo Governo do Estado, que vai primeiro regulamentar e depois, quando ficar claro  
598 que os recursos sejam para uso na bacia, se estabelece a cobrança e se faz o estudo dos  
599 valores, pois o gestor aqui é o estado. Este plano que colocamos em discussão, e agora em  
600 votação, precisa da homologação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que tem  
601 assessoria jurídica. Pessoas com conhecimento da legislação farão estudos criteriosos e  
602 necessários para que seja validado. Acredito que a apresentação minuciosa da Beate deixou  
603 essa questão bem esclarecida. Parabéns novamente a Beate pela capacidade de conseguir  
604 conversar e colocar isso para nós. Ficamos felizes por termos uma pessoa assim no comitê, com  
605 garra, vontade de trabalhar. Coordenou esse trabalho, a equipe por ela montada, que buscou  
606 valores na universidade, na sociedade, buscando pessoas com perfil certo para realizar esse  
607 plano. Estamos felizes com a participação da sociedade, do Promotor de Justiça, do Procurador  
608 da República, a presença da deputada Ana Paula Lima que é representante da ALESC no  
609 comitê. Deixo a palavra livre. Harry Dorow solicita a palavra. Com a palavra Harry cumprimenta a  
610 todos e questiona se nós não estamos aprovando, por exemplo, a fórmula de cobrança de água  
611 e nem os valores? Com a palavra Beate responde que estamos aprovando as diretrizes: de  
612 implantação progressiva; de exigência da garantia do retorno para a bacia; de que todos os

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

usuários, todos os setores devem participar. Aquela fórmula não atinge todos, por isso, outras fórmulas deverão ser criadas, e temos que trabalhar em cima do alvará municipal para garantir a obtenção do maior número de usuários regularizados e participando do processo. Os critérios incluem primeiro: a fórmula geral, o segundo item dos critérios nunca ninguém questionou, o terceiro critério é o método para a determinação do Ks que o Cleber e também o sindicato não querem aprovar. A proposta é que seja rediscutido com base no relatório no prazo de seis meses, acredito que 1 ano seria melhor, ou seis meses para depois prorrogar. Essa é a continuação daquela fórmula de determinação do Ks, que também é para ficar para discussão, ou seja, os dois: o Ks e o Kss. E ainda o Vpa que não está definido. O critério é que haja esse termo, mas não está definido. Com a palavra Harry disse que ficou mais claro e perguntou se com isso nós não estamos transferindo as metas? Beate respondeu que em função da proposta do Odair e do Cleber, a proposta de metas é também alterada e seria o seguinte: Cobrança regulamentada em 2011, que depende do grupo de estudos do governo do estado. Essa é a parte legal, que cabe ao Estado. A próxima é os coeficientes Ks determinados num prazo de seis meses. Terceiro, a proposta é que tanto os preços unitários básicos, como os coeficientes seriam revistos todo ano, esta é a meta. A quarta meta é a cobrança implementada no prazo de um ano após a regulamentação. Harry Dorow solicita a palavra e questiona se o plano está diretamente orientado pela lei federal, se tem alguma implicância com a lei estadual que não foi obedecida? Com a palavra Rui Batista Antunes responde que quanto ao Comitê isso não implicaria em nada na continuidade do plano ou na aprovação, ou não, do plano. Seguimos a uma lei maior, a lei nacional, mas como é um rio estadual, e até onde li, o plano não cita a lei estadual, mas a Beate explicou que tem um apêndice, um anexo da legislação. Seria interessante, não como crítica, mas como sugestão que fosse inserida na introdução a legislação estadual, mas isso não implica em nada, não está ferindo a legislação. Beate esclareceu dizendo que a lei estadual chama o instrumento de plano de bacia, enquanto a lei nacional aponta como é o plano, qual é o conteúdo mínimo. Depois existe uma resolução do conselho nacional quem tem umas 30 páginas dizendo como deve ser feito. Inclusive o plano estadual também segue essas instruções, pois não existem outras, este é o documento central, os outros são apêndices. É o termo de referência, a resolução 17 de 2001 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Harry Dorow diz que está satisfeito e agradece. Fala que o plano é bem extenso e bem detalhado, e diz que gostaria de registrar com relação ao que o Wilando relatou. Acha que teve um conflito de idéias, o que ele estava preocupado não é com o que está aqui, mas com o que virá em função do que está escrito. Sabemos que as nossas águas não são boas, mas temos que aprovar isso como diagnóstico, porque cada situação nas comunidades será uma situação diferente e própria, então é muito importante que fique claro, que temos aqui um diagnóstico geral da bacia hidrográfica. A palavra foi aberta. Felipe Flesch Hoops, representante do Sintex solicita a palavra, que é concedida. Solicita que antes de colocar em votação o plano diretor, o setor têxtil de vestuário quer uma manifestação do comitê sobre os pontos inseridos no ofício antes protocolado, e que algumas situações levantadas são baseadas em dados empíricos ou meras estimativas, por exemplo: 1) a falta de detalhamento das informações e dados apresentados no projeto, que são apenas uma estimativa para elaboração do coeficiente setorial (Ks), não nos dá segurança de garantia de sua confiabilidade; 2) a cobrança pelo uso de água deve ser justa, porém não deve ser analisada apenas a capacidade de pagamento de acordo com sua participação no PIB estadual para definição do coeficiente setorial, questiona-se inclusive a existência desse coeficiente; 3) o plano não especifica o critério para aprovação de novos projetos e a capacidade de captação; 4) esses fatos, dentre outros, levam a existência de margem de erros de cobrança, devido a falta de esclarecimentos referentes a forma de fiscalização; 5) a não existência de dados auditados que comprovem a necessidade do valor de 1 mil e 300 milhões para recuperação da bacia do Itajaí; 6) o não amparo legal e a incerteza da forma de participação do estado em 40% do valor estimado para recuperação da bacia do rio Itajaí. Estes 6 pontos, são fatos que, a juízo do setor têxtil e vestuário não estão esclarecidos no plano diretor. Assim, o

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

664 setor têxtil e de vestuário sugere que não seja colocada em votação o plano diretor até que  
665 respondidas estas e as indagações existentes no ofício protocolado hoje. Portanto, Sr.  
666 Presidente, o setor têxtil de vestuário requer que sejam ouvidos os membros do comitê a respeito  
667 dessa colocação. O presidente Tercílio Bonessi coloca que todas essas perguntas pontuadas  
668 foram citadas anteriormente e todas claramente explanadas pela Beate. Pedimos que se  
669 houvesse dúvidas fizessem manifestação. Felipe disse que nas oficinas foram feitos os  
670 questionamentos, continuamos com dúvidas, fizemos reunião com o comitê do Itajaí no Sintex e  
671 permaneceram as dúvidas. Tercilio fala que a assembléia é soberana. Na minha concepção  
672 todas as questões pontuadas foram esclarecidas. Beate responde que acredita que realmente  
673 várias dessas questões foram esclarecidas e conduzidas inclusive nas alterações que foram  
674 feitas. Entretanto, percebe-se, que existe confusão de duas palavras: projeto e plano. Como  
675 plano diretor, aquelas questões que o Sintex exige em termos de definição, de recursos, isso é  
676 coisa de projeto, não é de um plano diretor. O plano diretor define as diretrizes gerais do  
677 segmento. Acho que esse é um problema de interpretação, que está levando a essas dúvidas,  
678 pois as outras questões pontuadas também foram colocadas. Elas serão esclarecidas, são textos  
679 que estão sendo produzidos, esclarecimentos do grupo de trabalho, que inclusive propomos que  
680 vocês participassem. As questões financeiras não podem ser resolvidas porque é um outro nível  
681 de detalhamento de trabalho, que não cabe ao plano diretor, cabe a projetos específicos dentro  
682 das políticas municipais de saneamento e assim por diante, tanto que nós nunca falamos em  
683 custos, e sim, em estimativas. Ivanor Boing solicitou a palavra, cumprimentou a todos e  
684 apresentou-se como prefeito de Vitor Meirelles, representante da AMAVI no Comitê. Falou que  
685 representa a população da bacia nesse momento estratégico, histórico que estamos vivendo com  
686 relação a aprovação do plano diretor. Acha que temos muitas coisas para evoluir, estamos dando  
687 passos importantes, estamos desde 97, de 97 até hoje, são 13 anos de existência deste comitê,  
688 trabalhando há 5 anos para construir o plano de acordo com o que foi colocado. Agora, temos  
689 que oficializar. Algumas coisas ficaram para ser detalhadas, mas precisamos avançar nessa  
690 discussão. Caso contrário vamos retroceder, então, é importante aprovarmos este Plano. Rui  
691 Batista Antunes coloca que estamos numa assembléia, ela é soberana, a Beate já explicou a  
692 diferença do plano e de projeto, e que seja atendida a solicitação do setor, para sairmos daqui  
693 com lisura de uma definição de uma assembléia geral. Eles estão pedindo que seja votado pela  
694 aprovação, ou não. Entendi também que muitas das informações que o setor esta colocando não  
695 dizem respeito, mas acho importante colocar para votação. Tercílio falou que colocará em  
696 votação o requerimento. Cleber solicitou a palavra e disse que gostaria de sugerir que a  
697 assembléia discutisse entre si, durante cinco minutos. Estamos com os membros da indústria e  
698 gostaríamos de discutir se realmente vale a pena partir para a votação, ou não. Tercílio  
699 perguntou quem é favorável ao requerimento do setor que levante o cartão. Felipe solicitou a  
700 palavra e ressaltou que o requerimento é para que não seja votado hoje o projeto do plano  
701 diretor. Odair Fernandes solicitou a palavra. Apresentou-se como representante dos usuários.  
702 Falou que o momento da leitura não foi adequado, mas o protocolo foi o ideal. Acredita que  
703 partes do requerimento foram atendidas, o modelo que era o Ks, já foi atendido, explicado que  
704 vai ficar de seis meses a um ano. Portanto não será aprovado hoje, para que possamos discutir e  
705 acertar o Ks. Segundo, as metas, a cobrança deverá ser regulamentada por quem? Pelo Estado,  
706 após isso se dará prazos como foi acordado, após isso se iniciará cada processo. Está claro que  
707 a cobrança não está vinculada. Voto juntamente com o setor de usuários, mas o meu pessoal,  
708 após assistir a assembléia, e acompanhando toda a discussão, tudo que se fez até agora,  
709 acredito que estamos prontos para votar e vamos ser voto vencido. Podemos acatar o  
710 requerimento, mas não vai resolver. Acho que conseguimos o que queríamos: discussão do Ks,  
711 discussão das metas, não vejo por que não votarmos. Harry Dorow diz que discutimos nas  
712 audiências públicas, foi apresentado hoje com as ressalvas que foram apresentados, temos que  
713 aprovar. O presidente Tercílio Bonessi colou em votação o requerimento para que o plano seja  
714 votado hoje, ou não. Foram 6 votos a favor, 15 votos contra, e 5 abstenções. Sendo assim,

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

715 prosseguiu-se colocando em votação o requerimento oral feito pelo Cleber. Houve 15 votos  
716 favoráveis. Então a assembleia foi suspensa por 5 minutos. Encerrado o tempo, o presidente  
717 Tercílio Bonessi falou que somos pessoas responsáveis e sabemos que temos problemas e que  
718 precisamos de um plano para resolvê-los. Já são 5 anos discutindo, vimos todas as dificuldades  
719 e temos a responsabilidade sim: nós temos que dar o primeiro passo, não estamos construindo  
720 um plano definitivo, precisando faremos mudanças posteriores. Na terceira chamada 32  
721 membros estavam presentes. O presidente colocou em votação o plano de bacia com todas as  
722 ressalvas apresentadas. Houve 21 votos favoráveis, 2 abstenções e 4 votos contrários. Devido  
723 ao horário, decidiu-se entre os membros da diretoria deixar para a próxima assembléia os  
724 seguinte pontos de pauta: **3) Eleição do Conselho Fiscal da Fundação Agência de Água do**  
725 **Vale do Itajaí; 4) Apresentação e aprovação da prestação de contas do exercício de 2009;**  
726 **5) Informes da Secretaria; 6) Assuntos Gerais.** O presidente agradeceu e desejou bom plano a  
727 todos. Sem mais nada a declarar, eu, Beate Frank, lavro a presente ata que vai assinada por  
728 mim e pelo Presidente do Comitê do Itajaí. 17h20min